



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

Processo Número	20137/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO N° 20137/2024, Concorrência Pública n.º 01/2024.

OBJETO: Remediação ambiental de área degradada, onde operou o antigo vazadouro de lixo à céu aberto de Itapeba.

À Secretaria da Cidade Sustentável,

A empresa **SOUZA E COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMA LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

Processo Número	20137/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

II – DAS RAZÕES

Trata-se de peça impugnatória apresentada pela empresa **SOUZA E COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMA LTDA, CNPJ n.º 26.162.203/0001-93**, na qual questiona o edital supracitado indicando a suposta ausência de disponibilidade de planilha orçamentária para composição de seus valores.

Argumenta também que, não foi localizada a publicação da planilha orçamentária em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação deste estado. Desse modo, passa-se a tratar as razões da peça impugnatória a seguir.

III – DO MÉRITO

a) Da alegação de ausência de publicidade da planilha orçamentária

De início, é importante esclarecer que nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no **EDITAL**. Tendo por objetivo o atendimento ao interesse público, a busca da melhor proposta ofertada e, ainda, da ampliação da competitividade entre os participantes do procedimento licitatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar que as condições para execução do objeto estabelecidas nos processos licitatórios elaborados por esta municipalidade são formuladas mediante pesquisas e análises para atender as diversas demandas deste ente. Outro aspecto a se considerar, consiste na presunção de legalidade dos atos praticados pela Administração Pública e, também, na possibilidade de prática de atos discricionários os quais são pautados na oportunidade e conveniência para fins de atendimento ao interesse público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

Processo Número	20137/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

Sobre o assunto, também vale transcrever a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, na qual o autor ressalva a autonomia da Administração para definir as condições da contratação administrativa, nos seguintes termos:

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação.” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 70)

Vencidas as considerações iniciais, segue a análise das alegações e esclarecimentos trazidas pela impugnação apresentada pela empresa **SOUZA E COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMA LTDA.**

Nas razões da peça impugnatória apresentada, o impugnante questiona a suposta ausência de publicidade da planilha orçamentária do referido certame em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação deste estado.

Sobre esse tema, cumpre evidenciar o que diz a legislação que disciplina a matéria, em especial, as previsões indicadas no art. 21 e seguintes, da Lei 8.666/93, a saber:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

Processo Número	20137/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

§1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação. (Grifo nosso).

Conforme se verifica no dispositivo acima, a obrigatoriedade de cumprir a exigência de conferir publicidade do edital, consiste na realização da publicação de aviso de licitação do certame que se pretende realizar, o qual se verifica que o documento deve conter resumo do edital, com objetivo apenas de noticiar as informações indispensáveis para ciência dos interessados, devendo esses, diante da necessidade de obter informações detalhadas sobre o certame, realizarem consultas em sítio eletrônico do ente que realizará o procedimento licitatório.

Vale salientar que, os procedimentos exigidos pela legislação que disciplina a matéria, foram efetivamente cumpridos, tendo em vista as publicações dos avisos de licitação publicadas nos seguintes meios de informações: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ano L, n.º 135, datado em 24 de julho de 2024, Jornal Oficial de Maricá, n.º 1619, Ano XVI, datado em 24 de julho de 2024 e no Jornal O Dia, pág. 6, datado em 24 de julho de 2024. E, ainda, em relação à disponibilidade da íntegra do edital supracitado, informa-se que o documento foi inserido no sítio eletrônico desta municipalidade.

Diante do exposto acima, informa-se que os apontamentos contidos na peça impugnatória, no que tange a ausência de publicidade do edital do certame, não merecem prosperar, uma vez que restou evidenciado que as informações detalhadas do certame, estavam disponíveis no sítio eletrônico desta municipalidade para consulta.

b) Da alegação de não detalhamento de custo de mão de obra do certame

Outro aspecto apontado pela empresa **SOUZA E COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMA LTDA**, versa sobre a alegação de que os documentos disponibilizados não apresentam de forma clara os preços referentes a prestação de serviços de mão de obra a serem executados pelo contratante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

Processo Número	20137/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

Ademais, esta Comissão não se manifestará quanto ao apontamento acima, por se tratar de matéria técnica, a qual necessita de profissional específico para apreciá-lo.

Diante do exposto, cabe ressaltar que esta Comissão não possui a expertise técnica necessária para deliberar em caráter definitivo a respeito das razões apresentadas na peça impugnatória, devendo a Secretaria Requisitante deliberar a respeito das razões apresentadas.

IV – DA CONCLUSÃO

Diante dos fatos apontados, solicita-se a esta secretaria análise das razões aqui apontadas e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Maricá, 22 de agosto de 2024

NATHÁLIA COELHO DA COSTA BORGES

Matrícula 3001177

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS